

País revê meta fiscal para acordo com FMI

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

O Brasil está revendo com o Fundo Monetário Internacional FMI algumas das metas fiscais negociadas no final do ano passado, dentro do acordo de 20 meses do tipo "stand-by", e que estão contidas na carta de intenções entregue em dezembro ao diretor-gerente Michel Camdessus.

A revisão dos números traçados para este ano — indicando déficit operacional de 2,72% do PIB e déficit nominal de 18,38% do PIB — tornou-se necessária para acomodar a diferença de Cr\$ 2 trilhões que o Congresso Nacional deixou de aprovar no pacote das medidas tributárias. A receita fiscal para 1992 ficou em Cr\$ 10 trilhões ao invés dos Cr\$ 12 trilhões pretendidos pelo Ministério da Economia. A equipe brasileira que conduz as negociações em Washington é chefiada pelo Secretário Nacional de Planejamento, Pedro Pullen Parente.

A carta de intenções de-

ve, portanto, receber um adendo com a revisão das metas e o governo trabalha para encaixar no novo documento alguns argumentos que viabilizem a aprovação do acordo por parte do FMI antes da decisão jurídica final sobre o reajuste dos 147% aos aposentados. Isto, no entanto, poderá atrasar a apreciação do pedido de acordo encaminhado ao "board" de diretores do FMI e cuja reunião, para tratar especificamente do Brasil, havia sido marcada para o próximo dia 22, uma quarta-feira.

Outro complicador inesperado, além da indefinição sobre a receita que cobrirá os gastos adicionais com os aposentados, surgiu no âmbito doméstico do FMI e também contribuiu para retardar a decisão do "board" de diretores. "O Sterie Beza (diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, ao qual está vinculada a Divisão do Atlântico Sul, que trata do Brasil), está de luto porque perdeu um parente próximo e só participará das negociações com a equipe

brasileira a partir da semana que vem", disse ontem a este jornal uma fonte conceituada do Ministério da Economia, lembrando que Beza é o canal de ligação entre o "staff" técnico e Camdessus, nos casos de países como o Brasil.

PRAZO MAIOR

"O Pedro Parente comunicou-se hoje (ontem) com o ministro, Marcílio (ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira) várias vezes e está instruído a ficar em Washington o tempo necessário", disse a mesma fonte, indicando que o Secretário Nacional de Planejamento poderá permanecer em conversações com o FMI também na semana que vem ampliando assim o prazo de permanência inicialmente previsto. Parente e os demais membros da equipe (com exceção do diretor de política monetária, Pedro Luiz Bodin de Moraes, que contava com a possibilidade de retornar nesta quarta-feira) partiram com viagem de volta marcada para o próximo fim de semana.

Com Parente, além de Bodin, estão o secretário nacional de Fazenda, Luiz Fernando Wellisch, o chefe do Departamento Econômico (Depec) do BC, Carlos Eduardo de Freitas, e o coordenador da área de Política Fiscal do Ministério da Economia, Fábio Barbosa. O presidente do Banco Central, Francisco Gros, o diretor da área internacional do BC, Arminio Fraga Neto, e o negociador da dívida externa, Pedro Malan, se juntarão hoje, com a chegada a Washington (vindos de Londres), à equipe de Parente.

O secretário especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Economia, Roberto Macedo, ficou em Brasília justamente para acompanhar as negociações envolvendo a previdência com o Congresso Nacional e admitiu ontem que o reajuste das aposentadorias em 147% muda o programa econômico. "Não nego que há um problema, com efeitos sobre as metas fiscais", disse ele, confirmando que "o pessoal do FMI acompanha o que está acontecendo e

quer saber como vai ser resolvida a questão".

A argumentação de Parente e demais técnicos brasileiros junto ao FMI, para contornar o incidente de última hora do reajuste dos aposentados, respalda-se na palavra empenhada pelo presidente da República, que já anunciou a decisão do governo de não pagar as despesas extras dos benefícios da Previdência com emissão monetária.

ALTERNATIVAS

"Já houve crise da Previdência no passado e o governo se financiou com inflação. Repetir isto agora seria um desastre para o programa econômico", comentou Macedo, quase que relembrando a preocupação do próprio FMI com a questão atual da Previdência.

Na verdade, conforme este jornal apurou com outra fonte, o ministro da Economia busca encontrar com Camdessus uma alternativa que permita ao FMI aprovar o acordo brasileiro sem se comprometer com o impacto que o "buraco" da Previdência poderá ter so-

bre o ajuste fiscal. É um ponto sem dúvida delicado, já que o impacto de Cr\$ 11 trilhões (em preços médios de 1992) estimado pelo ministro da Economia como gasto extra em função do reajuste dos 147% dos aposentados mais do que anula a receita de Cr\$ 10 trilhões (em preços de 1992) do esforço das medidas tributárias aprovadas em dezembro como alicerce do programa de ajuste com o FMI.

A articulação que se procura fechar com Camdessus é política e procura resguardar a imagem simpática que o diretor-gerente do FMI obteve junto aos parlamentares brasileiros, quando esteve em Brasília no início de dezembro. Além disso, procura também evitar interrupções no cronograma do acerto externo que prevê para fevereiro a finalização de um acordo de refinanciamento das dívidas com credores oficiais, no Clube de Paris, além de negociações com o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em torno de novos empréstimos.